MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Extintos Territórios, Empregados Públicos e Militares

NOTA TÉCNICA Nº33/2015/CGEXT/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Pedido de suspensão do contrato de trabalho por 3 anos para empregado público regido pela CLT.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de demanda vindicada por empregado público, oriundo da Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, anistiado pela Lei nº 8.878/94, hoje vinculado ao Ministério das Comunicações, no sentido de possibilitar suspensão de seu contrato de trabalho sob a justificativa de licença de interesse particular, pelo prazo de 3 anos.

2. Não há previsão na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou em qualquer norma, que possibilite a suspensão do contrato de trabalho para tratar de interesse particular.

3. Pelo encaminhamento dos autos à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério das Comunicações COGEP/MC, para as providências de sua competência, com cópia para a Secretaria de Relações do Trabalho - SRT, e a Comissão Interministerial de Anistia - CEI.

ANÁLISE

4. Trata-se de demanda encaminhada pelo Ofício nº 6158/2015/SEI-MC versando a respeito da possibilidade de suspensão do contrato de trabalho, por 3 anos, para o empregado público do Ministério das Comunicações, Guilherme de Braga e Queiros, com início previsto para 9 de março de 2015.

5. Constata-se na anexa Nota Técnica nº 4238/2015/SEI-MC, resposta do requerente encaminhada por Despacho Interno COINF 0306220 objetivando a referida suspensão do contrato de trabalho, por três anos por motivo particular, no sentido de que, o afastamento em questão contribuiria na qualificação para a atividade laborativa, com realização de curso de pós graduação na área de Tecnologia de Informações.

6. Primeiramente, constata-se que tal hipótese de suspensão de contrato de trabalho, não está previsto no rol específico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, regramento basilar que vincula os direitos e deveres do empregado público, vejamos:

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA INTERRUPÇÃO

Art. 471 - Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 472 - O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

§ 1º - Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.

§ 2º - Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

§ 3º - Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966\)](#)

§ 4º - O afastamento a que se refere o parágrafo anterior será solicitado pela autoridade competente diretamente ao empregador, em representação fundamentada com audiência da Procuradoria Regional do Trabalho, que providenciará desde logo a instauração do competente inquérito administrativo. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966\)](#)

§ 5º - Durante os primeiros 90 (noventa) dias desse afastamento, o empregado continuará percebendo sua remuneração. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966\)](#)

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: [\(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. ([Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967](#))

VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na [letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964](#) (Lei do Serviço Militar). ([Incluído pelo Decreto-lei nº 757, de 12.8.1969](#))

VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. ([Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14.7.1997](#))

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júízo. ([Incluído pela Lei nº 9.853, de 27.10.1999](#))

IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. ([Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006](#))

Art. 474 - A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

Art. 475 - O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

§ 1º - Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do art. 497. ([Redação dada pela Lei nº 4.824, de 5.11.1965](#))

§ 2º - Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

Art. 476 - Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.

Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação. ([Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001](#))

§ 1º Após a autorização concedida por intermédio de convenção ou acordo coletivo, o empregador deverá notificar o respectivo sindicato, com antecedência mínima de quinze dias da suspensão contratual. ([Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001](#))

§ 2º O contrato de trabalho não poderá ser suspenso em conformidade com o disposto no **caput** deste artigo mais de uma vez no período de dezesseis meses. ([Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001](#))

§ 3º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual nos termos do **caput** deste artigo, com valor a ser definido em convenção ou acordo coletivo.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador. ([Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001](#))

§ 5º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato. ([Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001](#))

§ 6º Se durante a suspensão do contrato não for ministrado o curso ou programa de qualificação profissional, ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, ficará descaracterizada a suspensão, sujeitando o empregador ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referentes ao período, às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, bem como às sanções previstas em convenção ou acordo coletivo. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001\)](#)

§ 7º O prazo limite fixado no **caput** poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001\)](#)

7. Ademais, constata-se que não existe acordo ou convenção coletiva de trabalho neste sentido no âmbito de seu empregador, no caso, Ministério das Comunicações.

8. Embora o anexo Parecer do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia Geral da União nº 072/2012/DECOR/CGU/AGU entender pela aplicabilidade da licença em questão, constata-se que o mesmo expediente reconhece que tal possibilidade carece de regulamentação.

9. No âmbito da Secretaria de Gestão Pública desta Pasta Ministerial, por meio da anexa Nota Técnica nº 04/2014/CGEXT/DENOP/ SEGEP/MP, salienta a ausência de norma que permita a possibilidade vindicada.

10. O próprio órgão consultante trás à baila caso similar tratado por esta SEGE/MP, oriundo do Ministério de Minas e Energia que deu ensejo aos dois documentos juntados à consulta. Em face disso, importante consignar que tal caso é objeto de mandado de segurança, processo nº 68639-36.2013.4.01.3400, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja sentença considerou a impossibilidade de salvaguardar o pleito de licença para tratar interesse particular, por falta de previsão legal na CLT, ou em contrato coletivo de trabalho, não se afigurando devido aplicação analógica ao regime estatutário, visto que, no art. 91, da Lei nº 8112/90 permite tal afastamento exclusivamente para servidor ocupante de cargo efetivo.

11. Ainda nessa linha, há de se observar o acórdão do Recurso Especial nº 15039, do Superior Tribunal de Justiça, que trata da matéria em apreço:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR. FALTA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. AUSÊNCIA DE APROVAÇÃO PRÉVIA EM CONCURSO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À REATIVAÇÃO DO CONTRATO.

1. Não tem direito líquido e certo à reativação de seu contrato de trabalho o servidor celetista que, além de não ter sido aprovado em concurso público, **afastou-se para tratar de interesse particular** por cerca de seis anos, **sem fundamento legal que possibilitasse a suspensão do contrato por tal período**.

2. Recurso ordinário improvido.

(RMS 15.039/AC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/12/2008, DJe 19/12/2008).

12. Nesta senda, vale mencionar trecho do inteiro teor do supracitado acórdão, *in verbis*:

“ Da análise dos autos, verifica-se que o impetrante era regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (fl. 75). Ocorre, porém que no regime celetista, ao contrário de regimes estatutários como a Lei nº 8.112/90, não há previsão que possibilite ao empregado a suspensão de seu contrato de trabalho para tratar de interesse particular (...)

Nesse sentido, bem assentou o arresto recorrido que no âmbito do “direito trabalhista não se conhece a figura da suspensão de contrato de trabalho para tratar de interesse particular e, via de consequência, não há como reconhecer qualquer pretensão de direito de reativação de contrato que proventura tivesse sido suspenso por esse motivo”.

13. No curso da análise, mostrou-se necessário examinar outros aspectos do caso em apreço. Em razão disso, a consulente encaminhou novos documentos, ora juntados, informando sobre o processo de anistia e o restabelecimento do vínculo.

14. Constata-se que o retorno se deu no Ministério das Comunicações, conforme consta na Portaria nº 529, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocorre que o interessado é oriundo da TELEBRÁS, empresa que não foi extinta, liquidada ou privatizada, em descompasso com o que prevê a Lei nº 8.878/94, art 2º, que determina o retorno para sua entidade de origem. Tal fato precisa ser reexaminado pelo Ministério das Comunicações de modo a aferir a adequação jurídica do vínculo com a Administração Direta.

CONCLUSÃO

15. No que tange ao objeto da consulta, qual seja, suspensão de contrato de trabalho, para tratar de interesse particular, é entendimento desta SEGEP, que não há previsão na CLT, ademais, ainda que admitisse o entendimento do órgão jurídico do Ministério das Comunicações é certo que esta matéria não foi regulamentada por este órgão central do SIPEC.

16. Pelo encaminhamento dos autos à COGEP/MC, para as providências de sua competência, bem como, pelo envio de cópias desta Nota Técnica à SRT e a CEI para que verifiquem a adequação jurídica quando ao retorno do interessado ter ocorrido na Administração Direta ao invés na TELEBRÁS, entidade de origem não extinta.

Às considerações superiores.

Brasília, 06 de março de 2015.

FELIPE SANTIAGO RIBEIRO FARIAS
Matrícula SIAPE nº 2082634

EMERÍUDA B. BORGES DE LIMA
Chefe da Divisão de Empregados Públicos

De acordo, À Consideração do Senhor Diretor.

Brasília, 06 de março de 2015.

PAULO ROBERTO PEREIRA DAS NEVES BORGES
Coordenador-Geral de Extintos Territórios Empregados Públicos e Militares

De acordo. Ao Senhor Secretário de Gestão Pública para aprovação.

Brasília, 06 de março de 2015.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal

Aprovo, Encaminhem-se os autos conforme proposto no item 16.

Brasília, 09 de março de 2015.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Gestão Pública